

“A gente existe, a gente está aqui”: história oral e aborto

"We exist, we are here": oral history and abortion

“Nosotras existimos, estamos aquí”: historia oral y aborto

*Noelen Alexandra Weise da Maia*¹

*Janine Gomes da Silva*²

RESUMO

Este artigo busca discutir a intencionalidade no ato de narrar uma experiência abortiva. O estudo foi conduzido a partir de entrevistas com mulheres do interior do Sul do Brasil. Buscou-se compreender os motivos e as condições que permitiram que estas mulheres rompessem o segredo e optassem por contar suas experiências em uma pesquisa acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências Abortivas. Narrativas. Segredo.

ABSTRACT

This article seeks to discuss the intentionality involved in narrating an abortion experience. The study was conducted through interviews with women from the interior of southern Brazil. It aimed to understand the reasons and circumstances that led these women to break the silence and choose to share their experiences in an academic study.

KEYWORDS: Abortion Experiences. Narratives. Secrecy.

RESUMEN

Este artículo busca discutir la intencionalidad en el acto de narrar una experiencia abortiva. El estudio se llevó a cabo a partir de entrevistas con mujeres del interior del sur de Brasil. Se buscó comprender los motivos y las condiciones que llevaron a estas mujeres a romper el secreto y optar por contar sus experiencias en una investigación académica.

PALABRAS CLAVE: Experiencias Abortivas. Narrativas. Secreto.

* * *

1 Introdução

“Todo mundo ama alguém que já abortou”. Nos últimos anos essa frase tem sido mobilizada por movimentos feministas pela descriminalização e

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC, Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Email: noelenawaise@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Email: janine.gomesdasilva@gmail.com.

legalização do aborto, a fim de chamar atenção para a cotidianidade da prática. Na Pesquisa Nacional do Aborto, realizada em 2021, estimou-se que 1 em cada 7 mulheres em idade reprodutiva já havia realizado ao menos um aborto até os quarenta anos de idade (Diniz *et al.*, 2023). Longe de impedir a realização do aborto, a criminalização contribui para afastar as crianças, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar³ dos serviços essenciais de saúde e, com isso, lhes nega direitos humanos fundamentais.

Além de negar os direitos humanos fundamentais, a criminalização somada ao estigma organiza quem são as pessoas autorizadas a falar sobre o tema, entre elas: médicos, juízes, padres e pastores. Por sua vez, aquelas que ousam decidir por seus caminhos reprodutivos são obrigadas ao silêncio, sob pena de punições legais e/ou morais. As histórias, as experiências, as dores e também os sorrisos, são silenciados sob uma legislação e sob uma moralidade cristã baseadas no silêncio daquelas que ousam decidir sobre suas vidas.

Mesmo neste contexto, as pesquisas sobre aborto têm sido fundamentais para a visibilização da temática e também para a compreensão das diferentes dinâmicas relacionadas ao tema. No entanto, inúmeros são os desafios impostos para o exercício da pesquisa, uma vez que em razão da criminalização e do estigma, o acesso a dados é impactado pela subnotificação e pelo silêncio em relação à prática, exigindo criatividade para a realização dos estudos (Menezes *et al.*, 2020; Menezes; Aquino, 2009; Domingues *et al.*, 2020). Além do mais, um dos desafios se refere à produção de conhecimento desde outros lugares que não os grandes centros urbanos, uma vez que em sua maioria as pesquisas são realizadas nestes territórios. Discutir o aborto desde o interior, buscando compreender as particularidades regionais, emerge como um elemento fundamental para a compreensão sobre o tema. Para tanto, este artigo, recorte de pesquisa em desenvolvimento no doutorado,

³ Utilizo a categoria demais pessoas com capacidade de gestar e dar à luz das discussões de Aline G. T. Matias e Maria Antonella Barone (2019). Para as autoras, ter um útero não é sinônimo de ser mulher, uma vez que esta é uma categoria relacional socialmente constituída. Neste íterim, partilho da categoria no sentido de afirmar que não são apenas pessoas do sexo feminino que gestam e abortam, mas também homens trans, pessoas não binárias e outras pessoas com capacidade de gestar.

busca olhar para estes territórios, mais especificamente para o interior do Sul do Brasil. Busca-se, portanto, discutir o aborto a partir de outros lugares históricos e geográficos.

Dito isso, o estudo foi realizado a partir da metodologia da história oral, com a elaboração de roteiros temáticos sobre experiências abortivas, buscando compreender os impactos da criminalização e do estigma no contexto do interior do Sul do Brasil. Sobre o uso das fontes orais, importa destacar que elas contribuíram de forma expressiva para o conhecimento da história das mulheres e, com isso, para o descentramento de uma história universal masculina (Passerini, 2011). Junto com isso, trouxe novos elementos para a investigação, sobretudo aqueles vinculados à esfera privada. No caso específico do aborto, os documentos tendem a omitir as vozes daquelas que realizaram o procedimento, assim como dificultam o acesso a dados sobre determinadas regiões, como é o caso dos interiores, além de encontrarem desafios relacionados à subnotificação, dentre outras. Assim, as entrevistas possibilitam o acesso a histórias e experiências que, de outro modo, permaneceriam invisíveis e inaudíveis, reforçando a exclusão histórica dessas vozes nos debates públicos e acadêmicos.

No entanto, ouvir essas mulheres não se reduz à atividade de visibilizar suas histórias – o que também é necessário. Mas emerge da necessidade de compreender as narrativas à luz das experiências sociais culturalmente construídas. Como salienta Evangelista (2017, p.37), “interessa adentrar o universo discursivo que envolve o tema, que se desmembra em tópicos que denotam o alcance social da questão”. Não se trata, portanto, da diferença por si só, mas como tal diferença é construída socialmente. Assim, uma história oral sobre aborto demarca as experiências dessas mulheres, mas também permite compreender outras dimensões relacionadas à construção social do gênero desde determinado espaço temporal e geográfico.

Dito isso, este artigo é resultado de entrevistas em profundidade realizadas com mulheres moradoras do interior da região Sul do país, que contam com diferentes experiências abortivas (realização do procedimento,

acompanhamento afetivo e jurídico em caso de aborto legal). O objetivo do presente artigo é discutir os motivos e as condições que permitiram que, mesmo em um contexto de criminalização e estigma, elas optassem por participar do estudo e contar suas experiências.

2 Estigma, criminalização e segredo

No Brasil, a história da criminalização do aborto confunde-se com a história da invasão portuguesa. Encaradas pelo Estado e pela Igreja como um problema, as inúmeras e heterogêneas práticas abortivas, antes da invasão, foram reduzidas a algo condenatório e estigmatizado. Nesse processo, a capacidade reprodutiva das mulheres passou a ser rigidamente controlada, tornando-se alvo de diversas iniciativas regulatórias. O aborto, além de considerado um pecado, era visto como uma ameaça à consolidação do casamento e à estrutura familiar idealizada pela moral cristã e colonial (Del Priore, 2009).

A influência da moralidade cristã foi fundamental para que o aborto, de uma prática costumeira (Pedro, 2003), passasse a um crime e um pecado. Isso não significa que a Igreja tenha uma postura unânime em relação à prática ao longo de sua história. Discussões relacionadas à animação do feto balizaram, durante longo período, as percepções sobre o aborto. Enquanto alguns acreditavam na animação no momento da concepção, outros acreditavam na animação tardia, onde a infusão da alma se dava em momentos mais avançados da gestação quando o feto já estava formado. Em ambos os contextos, o aborto era considerado um homicídio, no entanto, para aqueles que acreditavam na animação tardia, se realizado antes da animação, era considerado somente um pecado – isso porque não se considerava a humanidade do feto antes deste feito (Galeotti, 2003).

Hurst (2000), discutindo a história do aborto a partir dos documentos eclesiais, aponta também que ao longo do tempo o aborto esteve envolto em controvérsias relacionadas à animação, diferindo seu caráter durante a longa

história da igreja católica. Além disso, a autora aponta que o aborto também foi visto como um pecado em razão dos pecados sexuais que atentavam contra o matrimônio, ou seja, o sexo para fins não reprodutivos e o adultério. A percepção de que a animação acontece desde a concepção foi vista como hegemônica na Igreja, segundo a autora, através da publicação da *Apostolicae sedis*, por Pio IV, em 1869, onde também foi requerida a excomunhão em caso de aborto praticado, independente da etapa da gestação.

Sob a percepção hegemônica cristã, portanto, aquela que abortava/aborta comete um pecado contra o matrimônio e contra os próprios desígnios divinos, ao destruir uma criatura que teria sido criada por Deus. Já, a partir do século XIX, sobretudo com os avanços tecnológicos no campo reprodutivo e descobertas no campo da anatomia humana, a proibição ao aborto será justificada não só através do argumento religioso, mas também através do argumento médico e, em muitos casos, por meio do uso religioso dos argumentos científicos.

Rohden (2001), chama atenção que nos discursos médicos, a partir do século XVIII e especialmente no século XIX, houve uma grande preocupação em demarcar a diferença entre homens e mulheres, “originando uma reafirmação sem precedentes da sua condição biológica e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo” (ibid., p. 29). No que se refere à medicina da mulher, dentre os temas que mais foram tratados, tem destaque aqueles relacionados à reprodução e à sexualidade. A maternidade, neste contexto, fora tratada como a condição para o “equilíbrio físico, mental e moral da mulher” (ibid. p. 30). Ademais, se antes a maternidade fora pensada como um desígnio divino, nesse contexto, ela passou a fazer parte da própria natureza da mulher; sua negação – no caso do uso de métodos contraceptivos, o aborto e o infanticídio – passou a configurar como um desvio em relação à natureza.

Afastando-se de argumentos metafísicos, a medicina e a biologia tomam para si o direito de explicar as diferenças, que passam a ser naturais e imutáveis. A partir das diferenças biológicas, portanto, as diferenças sociais passaram a ser legitimadas. Com isso, a mulher deveria ser tutelada não mais

por ser um apêndice do homem – ou seja, a criatura feita de sua costela – mas sim por ser naturalmente e imutavelmente inferior a este. A maternidade, neste contexto, é o destino imposto por seu próprio corpo.

Badinter (1985), ao discutir a história da criação do amor materno, argumenta que tal conceito esteve proporcionalmente relacionado à valorização da infância. Segundo a filósofa, o último terço do século XVIII, operou mudanças significativas no campo das mentalidades, onde a exaltação do amor materno, que já se fazia presente nos dois séculos anteriores, é tornado algo instintivo, inato às mulheres. Alguns fatores serão fundamentais nessa mudança, segundo a autora: o discurso econômico, em que atrelava a quantidade populacional à riqueza de uma nação; o discurso filosófico, argumentando a felicidade de gerar e cuidar de um filho, bem como a igualdade, tornando a maternidade uma relação exclusiva entre mães e filhos, dando à mulher distinção social; por fim, o discurso dos intermediários do Estado, com destaque para os médicos e toda a literatura argumentando a importância biológica da maternidade para a saúde da mulher. Assim:

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela. (Badinter, 1985, p. 201)

Proporcionalmente à valorização social do amor materno, vê-se a intensificação da criminalização ao aborto na legislação. São do século XIX as primeiras legislações afirmando o aborto como um crime contra a pessoa (Torres, 2012). No que se refere à legislação brasileira, Cunha (2024), ao discutir as *Perspectivas sobre o aborto legal em caso de gravidez decorrente de estupro na História do Direito Penal Brasileiro (1940-1988)*, aponta que a criminalização está emaranhada aos discursos relacionados à organização social do gênero e, consequentemente, às relações de poder. Da não punição ao autoaborto (Código Criminal de 1830) à permissão do aborto apenas nos casos de gestação decorrente de violência sexual e risco de vida para a

gestante (Código Penal de 1940), inúmeros foram os argumentos utilizados a fim de controlar a capacidade reprodutiva e também a sexualidade da mulher.

No centro da questão, portanto, está a organização social baseada em papéis definidos de gênero, onde aquela que não corresponde a ele é estigmatizada. Para Goffman (1981), o estigma é uma forma de caracterização social que tem como fundamento a distinção entre pessoas reconhecidas como “normais” e aquelas que fogem à norma. Ademais, o autor chama atenção para o caráter produtivo do estigma, em suas palavras “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 1981, p. 6). O estigma, portanto, atua como uma forma de distinção e segregação social. Vilela e Monteiro (2015, p.532), argumentam que as marcas que operam os estigmas não são arbitrárias, mas ocorrem “na intersecção de uma situação, característica ou comportamento com eixos sociais de produção de desigualdades, como gênero, raça/etnia, classe social, sexualidade e outros”. Para as autoras, o estigma se relaciona aos eixos de produção de desigualdade que, por sua vez, operam em cenários sociais específicos.

No que se refere ao aborto, Kumar *et al.* (2009) propõem o estigma relacionado à prática “como um atributo negativo atribuído a mulheres que buscam interromper uma gravidez, marcando-as interna ou externamente, como inferiores aos ideais de feminilidade” (ibid., p. 628). Este, por sua vez, embora de aparência universal, é profundamente local e está relacionado às diferentes estruturas de poder e às normas sexuais e reprodutivas que as integram. Portanto, a compreensão do conceito, ou seja, da conceituação do desvio à norma, precisa levar em conta a própria norma, no caso, os estereótipos de gênero locais.

Dialogando com este argumento, Leila Adesse *et al.* (2016), afirma que a prática é estigmatizada “porque viola projeções ideais do feminino e contraria normas sexuais e reprodutivas” (ibid., p. 3826). Assim, o ato de interromper intencionalmente uma gestação vai de encontro a todo o aparato discursivo que busca legitimar a maternidade como algo natural e organizar

as relações sexuais dentro de padrões rígidos de poder, onde as mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar são inferiorizadas em relação ao homem. Além disso, as autoras também chamam atenção para três diferentes dimensões do estigma: o estigma percebido, referindo a percepção da mulher sobre as ideias e sentimentos de terceiros sobre o aborto que fez ou tem intenção de fazer; o estigma experimentado, referindo-se a discriminações, rejeições ou reações negativas de outras pessoas ao saberem do aborto e; por fim, o estigma internalizado, quando as percepções negativas se tornam autodepreciação em razão do aborto realizado.

Por sua vez, o estigma é produzido, reproduzido e manifestado em diferentes níveis interconectados: discursos de enquadramento e cultura de massas, como por exemplo coberturas midiáticas que reforçam a maternidade como algo natural e o aborto como algo desviante; governamentais e estruturais, no caso das legislações que criminalizam o aborto e políticas públicas que dificultam o acesso ao aborto legal; organizacionais e institucionais, quando do descaso no atendimento às crianças, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar nos serviços de abortamento; comunitário, ou seja, a estigmatização vinda do ciclo social mais próximo da pessoa; e, por fim, individual, quando da internalização do estigma resultando em culpa, vergonha etc (Kumar *et al.*, 2009, p. 628).

Tais níveis interrelacionam-se e não podem ser vistos de maneira isolada. Criminalização, estigma, silêncio e segredo estão imbricados no caso do aborto e mantêm-se na forma de um círculo vicioso onde cada elemento contribui para a manutenção do outro. Longe de impedir sua realização, o estigma e a criminalização findam na negação dos direitos humanos para as meninas, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar (Villela; Monteiro, 2015).

No entanto, sabe-se que o aborto é realizado. Pedro (2003, p. 57), lembra que

Quinhentos anos de nação e investimentos na constituição de uma civilização nos trópicos não fizeram desaparecer estas práticas. Apenas trouxeram, em

cada momento – por conta de definidas relações de gênero e de classe -, exclusões, incriminações, medo, solidão e morte.

Assim, criminalização e estigma contribuem para o silenciamento da prática e, conseqüentemente, contribui para a manutenção de relações de poder desiguais, que cotidianamente violentam crianças, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar, as obrigando ao anonimato, sob pena de punições legais e/ou morais. Tendo isso em vista, Motta (2008), trata da prática como um “sonoro silêncio”, disso que é realizado, mas que não aparece nos documentos e nos prontuários médicos é dissimulado, mas que se faz presente no cotidiano da vida e revela as relações de poder que organizam a sociedade e os corpos. A junção entre os termos “sonoro” e “silêncio”, a aparente contradição entre eles, se materializa na vida das meninas, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar, na medida em que aquilo que devem esconder – o aborto – faz parte e marca suas vidas, produzindo sons que ecoam através de suas experiências e narrativas, como veremos a seguir.

Portanto, criminalização e estigma impõe o segredo às experiências abortivas, mesmo que nos últimos anos cada vez mais se fale sobre o tema, sobretudo em contextos políticos-eleitorais. Evangelista (2017, p.38), destaca que os inúmeros discursos sobre o tema formam uma “[...] nuvem polifônica [...] que constituem ambiente para a edificação de um tema tabu, aquele que todos sabem, mas que ninguém tem coragem de falar a respeito”.

Desta maneira, o segredo do aborto mantém o estigma, na medida em que não permite ecoar as vozes daquelas que realizaram o procedimento e, conseqüentemente, o mantém como algo desviante. Rossier (2007, 238), chama atenção para o fato de que o segredo, ou o segredo seletivo (uma vez que é comum que as experiências sejam compartilhadas em redes de confiabilidade e segurança), funciona como prevenção ao estigma, uma estratégia para contornar os julgamentos, os conflitos de valores e se manter dentro da ordem social. Além disso, a dinâmica entre revelar e ocultar está

relacionada ao julgamento social em relação à prática, assim como das consequências da estigmatização.

Tendo em vista que tanto as leis que criminalizam o aborto, como o estigma, são fatos históricos mantidos pelo segredo - como um círculo vicioso -, pensar e ecoar histórias sobre aborto, é uma possibilidade para a percepção da prática como algo costumeiro e, sendo assim, transformar as formas com que é percebido socialmente.

3 A fala como forma de incidir na realidade

Spivak (2010) ao se perguntar se *Pode o subalterno falar?*, mostra como o processo colonial negou escuta às vozes de pessoas e grupos que subalternizou e, como resultado, permitiu que outras pessoas falassem por elas. Negando, portanto, a agência sobre suas próprias vidas. No entanto, como recorda Kilomba (2019, p. 51), essa posição de objetificação, o lugar de “outridade” não indica a ausência de resistência ou interesse, mas a falta de acesso à representação. No contexto desta pesquisa, o processo colonial, por meio de dispositivos legais e morais, silencia e impede que aquelas que realizam o procedimento possam se auto representar. É o discurso legal, médico e religioso que possui o direito de falar sobre a prática, dentro de um regime discursivo – que é o do crime e do estigma -, enquanto aquelas que o realizaram são relegadas às margens do discurso.

Isso não significa dizer que as pessoas que abortam não falem, e sim que sua voz é sistematicamente desqualificada nas discussões, uma vez que irrompem contra a moral imposta pela clandestinidade. É através dos laços de confiança que a verdade do aborto circula, sendo esta a condição para a revelação do segredo, onde o medo do estigma – e no caso do aborto no Brasil, da criminalização – é colocado em suspenso (Simmel, 1986). A fala pública, por sua vez, encontra limitações que estão relacionadas ao contexto antes descrito. Assim, o que levou as mulheres entrevistadas a contar suas histórias em uma pesquisa? Para responder a essa pergunta, nas entrevistas

realizadas, pedi que elas discorressem sobre os motivos que as levaram participar.

Como hipótese inicial, via na possibilidade de falar um caráter terapêutico, se não individual, mas coletivo (Thompson, 1992; Rovai, 2013). Como se, através da possibilidade de narrar a história, para uma pessoa distante, fosse possível elaborar o vivenciado e, assim, reelaborar a vida, numa troca dialógica entre quem entrevista e quem narra (Portelli, 2016). Junto com isso, via na publicização da pesquisa a possibilidade de realizar um “trabalho terapêutico coletivo para que se possa restaurar o princípio da justiça e da transformação histórica” (Rovai, 2013, p. 138). Embora estas hipóteses tenham se confirmado, as colaboradoras trouxeram uma série de outros elementos que se referem não só aos elencados acima, mas também ao caráter público de narrar o ocorrido. Assim, através da *entre/vista*, o resultado da pesquisa foi aos poucos sendo transformado, desde o impacto das narradoras (Portelli, 2017).

De diferentes idades, com experiências abortivas diversas e distintas realidades sociais, todas elas demonstraram interesse em participar de um estudo relacionado a um tema que ainda é criminalizado e estigmatizado no Brasil. Desde variadas intencionalidades, elas decidiram falar e, conseqüentemente, romper o silêncio do aborto. Os motivos elencados são heterogêneos, mas reivindicam a necessidade e importância de falar sobre o tema, assim como de suas experiências.

Rafaela (2024), quando questionada sobre o que a levou a participar do estudo, afirma que

Porque eu acho um assunto muito interessante, que cala muito a mulher. Que elas muitas vezes são manipuladas a engravidar, em algumas situações que não é conveniente para elas. Outra coisa, a condenação que se tem, de uma mulher não poder fazer o aborto, isso eu acho injusto, porque ninguém sabe o que a gente está passando, o porquê das coisas.

Por sua vez, Nathália (2024), afirma que seu interesse na pesquisa se deu

Porque eu queria contar essa história. Eu acho que essas histórias não podem ficar guardadas dentro de uma gaveta, porque isso é recorrente na vida das mulheres e das pessoas com útero. Isso é algo recorrente. A gente não pode dizer que não acontece, porque acontece e quanto mais a gente falar, mais pano para a manga a gente vai ter para conseguir avançar nos nossos direitos. A gente tem que contar.

Se vê, portanto, a possibilidade de contar como uma forma de intervir no presente e incidir na realidade (Rovai, 2013). A experiência individual e privada adquire uma intencionalidade coletiva e pública. Neste sentido, Patrícia (2024), destaca que sua participação se deu

[...] Porque eu achei muito interessante tu querer fazer essa pesquisa, ter esse local fala, eu acho importantíssimo. E, bom, teve uma fala que – já querendo explicar que sim, nós já nos conhecemos –, mas tu disse, para mim, num momento, que ninguém solta a mão de ninguém. E eu acho que é isso que precisa muito, principalmente com a questão feminina, as mulheres precisam se unir e conversar sobre alguns assuntos, doa a quem doer, incomode a quem incomodar, mas a gente precisa se unir e falar. E tem coisas que precisam vir à tona, porque chega de estar no anonimato, chega de estar escondida, com medo, com vergonha, a gente precisa ter algumas conversas, sejam polêmicas, sejam, enfim, pesadas. Elas precisam ser ditas. E esse teu trabalho, para mim, enfim ele é bem sensível e eu realmente espero que ele faça algumas mudanças, para que algumas pessoas, de repente, no futuro, não precisem passar pelo que eu passei.

A fala de Patrícia evidencia também o quanto a criminalização e o estigma impõem, àquelas que realizam o procedimento, o anonimato, o medo, a vergonha. Em sua fala, estes elementos não estão relacionados à prática do aborto, mas justamente pela “questão feminina” em uma sociedade patriarcal, organizada sob o controle da capacidade reprodutiva. Nesse sentido, para ela, contar sua história é uma forma de denunciar a violência à qual foi submetida, para que outras possam decidir sem culpa e livre de violências.

Com um ponto de vista próximo, Ângela (2024), conta que sua participação se deve à necessidade de falar. Segundo ela:

[...] eu acho que eu precisava falar. Falar, no sentido de colocar na roda esse assunto, para a discussão em algum momento, sabe? E, obviamente, que a gente não pode sair por aí falando “eu fiz um aborto”, o que vão fazer comigo?

Porque né, não precisa nem dizer. Mas eu acho que isso, a possibilidade de um trabalho acadêmico, falar sobre isso, eu acho que é muito rico, assim, que é uma possibilidade de a gente dizer assim: “a gente existe, a gente está aqui”, “a gente faz, a gente faz mesmo a sociedade dizendo que não pode, que vai... que é criminalizado”, “a gente faz porque a gente precisa não é porque só, ah, simplesmente...” e se fosse, também, [...] a pessoa tem que ter direito de escolher sobre o próprio corpo. [...] a gente precisa de espaços que dialoguem sobre isso, espaços que digam ó “tem mulheres que estão falando aqui, que estão dizendo que isso é importante, que a gente precisa ter acesso aos direitos reprodutivos, que a gente precisa poder escolher sobre o nosso corpo, poder escolher, ter o direito de querer ou não uma criança.

A interrupção da gestação como algo que faz parte da vida reprodutiva também é trazida por Vitória (2024). Ela justifica sua participação afirmando que

Como eu te disse, as pessoas acham que não acontece. Eu acho que as pessoas acham que não acontece. Mas acontece, às vezes com uma vizinha, uma prima, com uma conhecida, acontece e ninguém sabe disso. Eu fico pensando assim – a minha cidade é uma cidade de, sei lá, 2 mil e poucos habitantes, se eu não me engano. Eu fico pensando: “meu Deus, se eu fiz, qualquer pessoa aqui pode ter feito”, sabe? Porque existe, né, a possibilidade. E, antes de fazer eu não pensava assim, não pensava assim, depois que eu fiz aí eu comecei a pensar: “é, realmente, é algo que acontece”. E por que a gente não fala? Porque não pode falar né. Mas tipo assim, é importante falar, é importante falar porque é a realidade de muitas mulheres. E eu acho que é importante que as pessoas saibam disso, que isso existe e que está aqui, está na nossa realidade de interior.

O anonimato de Ângela (2024) e Vitória (2024) denotam o lugar possível de reivindicar a existência como uma mulher que realizou um aborto. No lugar do “eu”, elas falam “a gente”, denotando uma experiência que é individual, mas que também pode ser a de tantas outras Ângelas e Vitórias – quer se chamem assim ou não. Contrapondo-se a uma ideia de que a criminalização impediria a realização do procedimento, elas demarcam que as mulheres que abortam existem, podendo ser a vizinha, uma familiar, alguém próximo que faz parte da vida cotidiana, inclusive no interior.

Por sua vez, Maria (2024), traz um outro elemento para explicar o que a levou participar do estudo, segundo ela

Um dos motivos foi porque eu – eu vou falar bem a verdade. Eu falei: “cara, a Noelen vai achar poucas pessoas para falarem sobre o aborto”. Porque assim... poucas... Eu acho assim, deve ter mulheres que fizeram, de boa né. Mas deve ter mulheres que tipo: “cara, eu não vou tocar mais nesse assunto, nunca mais na vida”. E, para mim, como está tranquilo, não tenho nenhum ressentimento, nenhum trauma – quer dizer, um pouquinho de trauma eu tenho. É... mas, para mim foi tranquilo e por que eu não posso contar? Qual é o problema? Daí eu pensei “vamos ajudar, vamos ajudar!”

Assim, sua escolha se dá como uma forma de ajudar na pesquisa. A fala de Maria, além de evidenciar a sensibilidade do tema e a dificuldade em abordá-lo, também aponta para uma inversão nos papéis de poder entre as sujeitas da entrevista (entrevistadora e entrevistada). Não é a pesquisadora que ajuda, na medida em que busca publicizar tais narrativas, mas são elas que ajudam para a realização da pesquisa. A entrevista, portanto, não apenas como um espaço seguro para o diálogo sobre um tema que, em muitos casos, permaneceu/permanece em doloroso segredo, mas também como um lugar de reivindicação da voz e de resistência. Resistência tanto ao silenciamento histórico que relegou essas experiências ao anonimato, quanto às normas sociais e jurídicas que tentam reduzir as mulheres à condição de vítimas passivas.

Além disso, sua fala evoca outra questão que está relacionada ao trauma. Embora as violências que perfazem as experiências que vivenciou, ela não as compreende como um trauma que a impossibilite a fala, ao contrário, as reivindica como sinal de força de quem passou por todas elas e, mesmo assim, consegue falar sobre o tema. A ausência de culpa ou arrependimento, embora a sensibilidade do tema, também foi elemento utilizado por Vitória (2024), para justificar sua participação. Rovai (2013, p. 141) nos lembra que “promover o testemunho, pela história oral, torna-se o processo de compartilhamento não apenas de histórias, mas de sofrimentos, medos e também de superação”. Como protagonistas, as narradoras atravessam experiências individuais com experiências coletivas, ampliando o aborto como um tema que não está vinculado somente a elas, mas que diz respeito às estruturas sociais organizadas sob o controle da capacidade reprodutiva.

3.1 Possibilidades que permitem o diálogo

Estas narrativas, por sua vez, foram possíveis, dentro de um contexto de segurança que é a pesquisa. Portelli (2016), ao discutir a *História oral como arte da escuta*, afirma que as fontes orais são produzidas desde uma troca dialógica. Para o historiador, a *entre/vista* constitui uma troca de olhares, um movimento onde duas pessoas olham-se mutuamente e constroem juntas uma narrativa, onde as perguntas fluem de ambas as direções e onde “a ordem do dia do historiador entrelaça-se com a ordem do dia do narrador” (Portelli, 2017, p.183). Esse diálogo, é produzido por determinadas possibilidades: o intuito em conhecer as histórias de abortos e as condições das entrevistadas para falar.

Simmel (1981) destaca que contar um segredo para alguém se caracteriza como um presente que tem na confiança a sua possibilidade. No caso das entrevistas realizadas, três elementos possibilitaram a confiança: o contato através de pessoas conhecidas pelas entrevistadas; o posicionamento favorável à descriminalização e legalização do aborto das pesquisadoras; e o anonimato da pesquisa.

No que se refere ao primeiro ponto, Vinuto (2014) afirma que o fato de as pessoas serem convidadas para participar do estudo por pessoas de seu círculo social, empresta confiabilidade à pessoa que entrevista. Por sua vez, a autora também destaca a dimensão ética desse contato, já que é a pessoa intermediária que faz o contato tornando o declínio do convite mais discreto e sem expor a pessoa convidada. No caso da pesquisa aqui apresentada, as pessoas intermediárias foram filhas, irmãs, amigas que acompanharam a experiência abortiva e apenas em duas delas o contato foi feito inicialmente por mim.

É neste ponto que o posicionamento em relação ao tema foi condicionante para que elas concordassem em participar do estudo. Nos dois casos que entrei em contato diretamente, já conhecia as histórias das

entrevistadas por terem me contado em outros momentos. Já nos outros, as irmãs, amigas e filhas eram pessoas próximas a mim. Neste sentido, o fato de ser aberta e publicamente favorável à descriminalização e legalização do aborto, constituiu um ponto fundamental para que elas confiassem suas histórias.

Por fim, a garantia do anonimato também foi levantada como um elemento fundamental para a participação no estudo. Sabe-se que o anonimato é um direito da pessoa que participa de uma pesquisa, devendo ser preservado de maneira incisiva, a menos que a própria pessoa opte por ter seu nome divulgado. No caso do aborto, o contexto social e político envolvido indica que a garantia do anonimato tenha agravantes: sua quebra pode constituir provas criminais contra as interlocutoras. Em um contexto de ascensão do neoconservadorismo⁴, onde a temática tem sido moeda de troca dentro do jogo político (Miguel; Biroli; Mariano, 2016), o anonimato das depoentes torna-se ainda mais necessário.

Assim, ao longo das entrevistas, este tema gerou preocupação: Patrícia (2024) optou por não identificar o cargo que ocupava, como servidora pública; Alice (2024) pediu para que a organização que fazia parte não fosse mencionada no texto publicado; Ângela (2024) ao discorrer sobre o coletivo que integrava, optou por formas que não o identificassem; e Vitória (2024), ao longo da entrevista teve cuidado para não identificar os nomes de pessoas e/ou instituições.

A partir dessas intencionalidades e desse conjunto de possibilidades é que foram construídas as fontes que sustentam a análise aqui proposta. É um lugar comum, e com alguma razão – haja vista as violências impostas – pensar naquelas que abortam como vítimas, no entanto, as entrevistadas, ao narrar os motivos que as levaram a participar do estudo, demonstram sua agência. Embora as violências que fizeram/fazem parte de suas trajetórias, elas evidenciam a possibilidade de falar como um ato de resistência. Assim, como

⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre a ascensão do neoconservadorismo no Brasil e América Latina e a relação com a organização social do gênero ver Biroli *et al.* (2020).

argumenta Evangelista (2017, p. 346), “não podemos, [...] considerar estas mulheres somente como vítimas de um sistema injusto, machista e patriarcal. Aqui, falamos das brechas, das possibilidades de burlar a regra imposta”. Se o segredo, sob pena de punições legais e/ou morais, é a regra que impede a fala e, conseqüentemente silencia as violências e resistências, narrar sua história em um contexto de segurança é a brecha possível para a subversão.

Falar sobre a prática, portanto, também funciona como uma forma de desestigmatizar o tema, bem como de intervir na realidade. As entrevistadas são incisivas em destacar que, dentre outros, seus motivos em participar da pesquisa se relacionam à importância de demarcar que a prática é realizada, mesmo sendo criminalizada. Se o estigma leva ao silêncio e, conseqüentemente, à percepção do aborto como um desvio à organização social do gênero, as narrativas demarcam o aborto como algo comum da vida, além de evidenciar as complexas relações em que a prática está inserida. No lugar da proibição, do medo e da vergonha, a ousadia de falar, ou como diria Margareth Rago (2013), a aventura de contar-se, torna possível tomar para si a história de suas próprias vidas e desafiar as normas patriarcais de gênero, como a maternidade compulsória.

Seus testemunhos são como gestos políticos “em que o corpo que fala se arrisca: ao testemunhar, disputamos espaços de aparição [...]. O testemunho é uma pronúncia contra o silêncio e, por isso mesmo, uma fala de valentia” (Diniz, 2022, p. 245-246). Por sua vez, Rovai (2013), ao discutir o caráter da história oral testemunhal, argumenta que a partir destas histórias é possível abrir espaço contra a indiferença que, segundo a historiadora, “não é produto da falta de informação, e sim do excesso de cenas e histórias que banalizam as barbaridades e inserem-nas em certa normalidade, cotidianamente aceita” (ibid., p. 130-131). Narrar uma história de aborto, em um contexto em que a violência contra as crianças, mulheres e demais pessoas com capacidade de gestar é naturalizada, é denunciar justamente o caráter arbitrário disso que é reivindicado como natureza.

4 Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo discutir as intencionalidades e as possibilidades que permitiram que mulheres residentes do interior do Sul do Brasil, narrassem suas diferentes experiências abortivas. Desde uma discussão acerca do silêncio e do segredo, que retroalimentam e são produzidos pelo estigma e pela criminalização, buscamos refletir sobre a agência da fala neste contexto. Em um contexto marcado pela moralidade cristã, que vê o aborto como um pecado, e por uma legislação que o entende como um crime, cria-se um cenário que organiza os discursos autorizados a fala sobre o tema, dentre eles, não estão presentes os daquelas que realizaram o procedimento.

Assim, a metodologia da história oral foi fundamental por possibilitar ouvir essas narrativas, invisíveis para o discurso hegemônico sobre aborto. Por sua vez, a fala das entrevistadas evidenciou o aborto como uma prática corriqueira, presente da vida cotidiana, mesmo que silenciada. Ainda que em um cenário marcado pelo estigma e pela criminalização, elas evidenciam que o aborto é realizado por mulheres comuns que, muitas vezes, podem estar ao nosso lado, como vizinhas, irmãs, tias, amigas – mostrando que “todo mundo ama alguém que já abortou”. Assim, longe de impedir a prática, tal contexto reforça o isolamento, o medo e também contribui para a manutenção da violência contra aquelas que ousam decidir.

O ato de narrar suas experiências, portanto, emerge como um gesto político e ético de afirmação da própria existência frente a uma organização social que insiste em negá-la. Por sua vez, é desde um contexto de segurança que tais narrativas são possíveis, demonstrando o caráter relacional de sua constituição. Se o segredo e o silêncio contribuem para a manutenção do estigma, da percepção de que o aborto é algo desviante, as narrativas analisadas contribuem para desestigmatizar a prática, deslocando o debate público do campo exclusivo da medicina, do direito ou da religião e trazendo para o centro da discussão as experiências concretas das mulheres.

Ao demarcarem sua existência e a importância de falar, para que outras não passem pelas mesmas violências que passaram, as entrevistadas transformam suas vivências individuais em experiências coletivas. Em forma de denúncia contra a naturalização da violência – por meio do silêncio – abrem possibilidades para pensar o aborto a partir de outros marcos, que não os do estigma.

Longe de esgotar o tema, esta discussão propôs que falar sobre aborto, ainda que em contextos de estigma e criminalização, é um modo de intervir na realidade, disputar sentidos sobre a prática e afirmar direitos. Mais do que relatos individuais, os testemunhos permitem compreender o caráter também coletivo das experiências sobre aborto, possibilitando reconhecer que a história daquelas que abortam também é parte da história social. Narrar, nesse contexto, é um ato de subversão: é afirmar agência, inscrever sua própria história em um espaço coletivo de memória e desafiar a lógica que transforma o aborto em tabu.

Referências

ADESSE, Leila *et al.* Aborto e estigma: uma análise da produção científica sobre a temática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.212, n.12, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/zHBXXRsg7fpP3VnDnmfDvfK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jul. 2023.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan; MACHADO, Maria das Dores. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CUNHA, Bárbara Madruga da. *Perspectivas sobre o aborto legal em caso de gravidez decorrente de estupro na história do direito penal brasileiro (1940-1998): interpretações jurídicas e estratégias de resistência feminina*. 2024. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/260871>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DINIZ, Débora. Falar. *In.*: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. National Abortion Survey – Brazil, 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.28, n.6, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/?format=pdf&lang=en> Acesso em: 02 jun. 2025.

DOMINGUES, Rosa M. S. M.; FONSECA, Sandra Costa; LEAL, Maria do Carmo; AQUINO, Estela M.L.; MENEZES, Greice M.S. Aborto inseguro no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. *Cad. Saúde Pública*, v.36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Vz5bVgLTWS54g4KLXDynSqf/?format=html&lang=pt> Acesso em: 02 out. 2025.

EVANGELISTA, Marcela Boni. *Dilemas da (sobre)vida: o aborto*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17102017-170845/pt-br.php> Acesso em: 02 out. 2025.

GALEOTTI, Giulia. *História do Aborto*. Edições 70, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Estigma* – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1981.

HURST, Jane. *Uma história não contada: a história das idéias sobre o aborto na Igreja Católica*. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2000. Disponível em: <https://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2021/01/publicacao-uma-historia-nao-contada.pdf> Acesso em: 02 out. 2025.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? Falando no Centro, Descolonizando o Conhecimento. *In.*: KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUMAR, Anuradha; HESSINI, Leila; MITCHELL, Ellen M. H. Conceptualising abortion stigma. *Culture, Health & Sexuality*, v.11, n.6, 2009.

MATIAS, Aline Gomes Tavares; BARONE, María Antonella. Notas tecnopolíticas e (trans)feministas para (re)inventar maternidades. *REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v.2, n.6, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9960> Acesso em: 02 jul. 2025.

MENEZES, Greice M.S.; AQUINO, Estela M.L.; FONSECA, Sandra Costa; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira. Aborto e Saúde no Brasil: desafios para a pesquisa em um contexto de ilegalidade. *Cad. Saúde Pública*, v.36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/C5N3RmP8TySscVPpqx5B4Vf/?format=html&lang=pt> Acesso em: 02 out. 2025.

MENEZES, Greice M.S.; AQUINO, Etela M.L. Pesquisa sobre aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*, v.25, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sBqHGNGbRXsTppycZ7rjL3F/?lang=pt> Acesso em: 02 out. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, de 1990 a 2014. *In.*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Aborto e democracia*. São Paulo: Alameda, 2016.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/K43ZTJjXxBY6CZhMJnsMxHL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2024.

PEDRO, Joana Maria. Aborto e infanticídio: práticas muito antigas. *In.*: PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v.7, n.13, 2017. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5306> Acesso em: 02 out. 2025.

PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROSSIER, C Abortion: an open secret? Abortion and Social Network Envolment in Burkina Faso. *Reprod. Heath Matters*, 2007, v.15, n.20, p.230-238).

ROVAI, Marta. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v.16, n.2, 2013. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313>
Acesso em: 01 jun. 2025.

SIMMEL, Georg. *Sociología, 1. Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza Editorial: Madrid, 1986.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto, legislação comparada. *Revista Epos*, v.2, n..2, 2012. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v2n2/05.pdf> Acesso em: 02 jun. 2025.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. *Epidemiologia e serviços de saúde*, v.24, n.3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/Py8SSXTxrh5pN3GSbBF3Dzs/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temática*, v.22, n.44, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 01 jun. 2025.

Recebido em dezembro de 2025
Aprovado em janeiro de 2016.